

Título: Formação profissional e juventude: análise de um programa de qualificação profissional derivado da Lei da Aprendizagem

Autor(es) Rosiléa dos Santos Amatto Pires; Laélia Carmelita Portela Moreira*

E-mail para contato: moreira.laelia@gmail.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Juventude; Lei da Aprendizagem; Competências

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar de que forma as competências desenvolvidas em um programa de qualificação profissional, mediada pela Lei da Aprendizagem, contribui para a formação de jovens aprendizes. A pesquisa analisa os chamados cursos de aprendizagem profissional, apontando as contradições e possibilidades presentes nessa política pública. A análise do Conceito de Juventude e das Políticas Públicas voltadas para a juventude está baseada na obra de Faleiros (2008); Novaes (2009) e Silva e Silva (2011). Para a discussão dos conceitos de qualificação e competências foram analisados os trabalhos de Deluiz (2001), Velasco (2007), Ramos (2011) e Sacristán (2011). A metodologia incluiu, além de análise documental, entrevistas abertas com os seis participantes do Projeto Jovem Aprendiz do Hospital de Olhos de Niterói, com os monitores das atividades práticas de trabalho e com os representantes da agência qualificadora responsável pela parte teórica do programa, o Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET). A dissertação está estruturada em três partes principais: a primeira discute os temas Juventude, Trabalho e Políticas Públicas e a formação dos jovens aprendizes de acordo com a Lei da Aprendizagem. A Segunda parte apresenta uma discussão sobre os conceitos Qualificação e a pedagogia das Competências, bem como as tensões provocadas por sua aceitação no meio educacional. Na Terceira parte apresentam-se as características dos jovens aprendizes, dos cursos de aprendizagem aplicados pela Agência qualificadora e os resultados da pesquisa. Como resultado, a pesquisa evidenciou que o curso desenvolvido pela agência qualificadora não favorece uma aprendizagem teórica, conceitual, nem o desenvolvimento de competências intelectuais, de forma sistematizada e continuada. Estas são desenvolvidas pelo aprendiz na prática, com os colegas de trabalho, na própria execução das atividades no local de trabalho. O que ganha espaço nestes programas são as competências comportamentais, ou sociais, das relações humanas. Os conteúdos dos cursos são ministrados em programas curtos, rápidos e genéricos. Constatou-se, por fim, uma lacuna no que se refere ao conhecimento técnico-funcional do curso de formação em relação às necessidades específicas da função a ser desempenhada.